



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM  
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

---

## **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA GUAPIMIRIM 09 DE DEZEMBRO DE 2010**

Ao nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às dez horas, teve início no Auditório da APA Guapimirim, situado à BR-493, quilômetro 12,8, município de Guapimirim, a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Guapimirim. O presidente do CONAPAGUAPI, Breno Herrera Coelho, abriu a reunião apresentando a pauta do dia e questionando aos presentes se haveria mais algum item a ser acrescentado, ao que não houve manifestações. A pauta apresentada foi: renovação dos conselheiros; procedimentos de licenciamento ambiental na área da APA; e informes – relato do Festival de Manguezais, resultado da comissão sobre defeso do caranguejo, oferta da empresa Pedras, e resultado da ação voluntária realizada no dia quatro de dezembro. Iniciou-se a reunião com os informes pois havia poucos conselheiros presentes neste momento. Alaído Malafaia comentou então, brevemente, sobre a participação da APA Guapimirim no Festival de Manguezais do Brasil, promovido pelo CNPT, realizado no período de vinte e dois e vinte e seis de novembro em São Luis, no estado do Maranhão. Ele e Flavio Lontro foram ao encontro representando a sociedade civil na APA, através da Cooperativa Manguezal Fluminense e a Associação de Caranguejeiros, Pescadores e Amigos de Itambi, respectivamente. Malafaia relatou que eles viram lá a luta dos colegas pescadores contra empresa que querem invadir manguezal, do mesmo tipo de problemas que há aqui, e estão tendo sucesso. Lá perceberam que aqui existe uma APA bem estruturada, diferente das demais, o que atrapalhou até um pouco a sua participação porque a realidade aqui é muito diferente do que acontece lá. No geral, avaliou que o evento foi bom para trocas de experiências, culturas e pontos de vista. Flavio Lontro complementou a fala anterior, dizendo que a diferença mais gritante que viram lá foi a presença de atravessadores, tanto de peixe quanto do caranguejo, e a falta de informação das pessoas lá quanto a incentivos que o Ministério da Pesca e Aquicultura oferece aos pescadores. Disse que os pescadores lá da região vendem a unidade de caranguejo de sete a vinte e dois centavos, e que lhe pareceu que o caranguejo desta nossa região recebe o maior preço do Brasil, mas que o

valor da mercadoria final é praticamente o mesmo. Perceberam lá que a dificuldade é grande, e se conversou sobre uma rede nacional sobre o assunto. Breno fez alguns esclarecimentos. O festival se deu no âmbito do GEF Mangue, que estava a cargo do MMA e agora está a cargo do ICMBio, projeto batizado agora de Manguezais do Brasil. Há seis áreas piloto para receber recursos do GEF. A APA Guapimirim não está contemplado pois se avaliou esta UC tem outras possibilidades de financiamento. No encontro houve uma pequena participação da Academia, pois o objetivo maior era juntar povos tradicionais, com seus conhecimentos, sobre o manguezal. Em geral, estes encontros são muito científicos e houve enfoque em aspectos culturais. Houve uma visita à uma área onde há a proposta de criação da RESEX de Tauá-Mirim, mas que enfrenta dificuldades. José Carlos, da ONG Innatus, perguntou se foi apresentado lá a forma de organização daqui. Flavio respondeu dizendo que percebeu lá que em geral as APAs não funcionam, e que aqui há gestão e organização social. Disse que tiveram que tomar cuidado para não parecer que queriam aparecer, se sobressair sobre as outras UCs. Mudou-se então o ponto de discussão para a questão do defeso do caranguejo. Na reunião anterior foi formada uma comissão, que deveria discutir o assunto desde então. Adherbal, pescador da zona Z9, antes de falar propriamente sobre o assunto, pediu que o convite da reunião do conselho também fosse mandado para o seu endereço eletrônico particular, ao que foi por mim respondido que para esta reunião especificamente, devido ao pouco tempo disponível para a reunião em si, que os convites foram propositadamente enviados somente aos conselheiros. Adherbal falou então sobre a comissão, para a qual haviam se voluntariado a participar seis representantes, mas que no dia proposto para a reunião, dia vinte e dois de outubro, apenas ele, Malafaia e Juliana haviam comparecido, e Pando, por não ter sido avisado com antecedência, pediu para que mandassem os resultados da discussão via eletrônica para que ele pudesse fazer suas observações. Adherbal continuou dizendo que a discussão era para tratar sobre defeso, andata e captura, pois desde sempre se discute que o defeso está errado. Ele resumiu então o que foi redigido na ata dessa reunião em outubro. O primeiro ponto foi a proposta de proibição da coleta do caranguejo uca em janeiro e fevereiro, durante a andata. Mas havia dificuldade em se marcar data para isso, e se decidiu utilizar as fases da lua. Propôs-se então que nos dois últimos dias de lua cheia e lua nova, e nos dois primeiros dias da lua de quarto se proibisse a captura pois nesses dias ocorre a chamada “lavagem das ovas”, que é quando as fêmeas desovam. Nesses dias, muita gente vem pegar caranguejo e pisoteiam demais o manguezal, havendo necessidade de fiscalização para coibir a captura nesses dias. O segundo ponto apresentado por Adherbal

foi sobre o controle da espécie. Sabe-se que alguns catadores levam muitos laços, até seiscentos laços, deixando-os num dia e pegando no outro. Neste meio-tempo, vêm ariranha, aves e outros animais, que comem o caranguejo, e os laços ficam lá. Então pensaram em mais ou menos duzentos laços, mas que só funcionaria com fiscalização. Então, por exemplo, se o catador entra no manguezal com duzentos laços, tem que trazer a mesma quantidade em caranguejo mais laços vazios. O terceiro ponto apresentado foi o que, segundo o expositor, gerou maior discussão. O assunto foi o período de defeso. Antes o defeso era de quatro meses, começava em setembro e ia até quinze de dezembro. Hoje o caranguejeiro recebe por dois meses, mas para a sardinha recebe por quatro meses, e seis meses pelo guaiamum. Aí tem pescador que vai pedindo defeso de espécie em espécie. O CEPSUL, que é um centro do ICMBio, vem discutindo isso. O que a comissão sugeriu foi a volta desse defeso de quatro meses, possibilitando a atividade do caranguejeiro durante o Natal e receber pelo mês inteiro, gerando uma renda extra, pois o Ministério do Trabalho paga o mês todo a partir de quinze dias de atividade parada. Adherbal finalizou dizendo que haviam se voluntariado a participar dessa comissão: Milton Mascarenhas, da Z9; Flavio, de Itambi; Manoel dos Santos, com quem não conseguiram contactar para a reunião; Maicol, de Roncador, e Pando, que justificou a ausência porque a reunião foi remarçada em cima da hora, e entregou a ata da reunião, com mensagem anexada de Pando, à secretaria executiva do CONAPAGUAPI. Pando considerou que há necessidade de ação conjunta, senão a sugestão vai ser engavetada novamente. Ele entende que a andada é mais questão de educação que de fiscalização. Flavio e Manoel Santos ressaltaram que houve falha de comunicação e por isso não participaram da reunião. Mario Soares, da UERJ, ressaltou que não é possível jogar toda a responsabilidade sobre a fiscalização, são necessárias ações das organizações e da sociedade. Como representante da academia, ele expressou que esta seria uma oportunidade de aproximar o meio acadêmico ao conhecimento tradicional dos caranguejeiros e dos pescadores. Segundo ele, foi isso que estava se tentando no projeto com o Comperj. O objetivo deste projeto era saber o status do caranguejo, e estava sendo conduzido por Lidia Koshiro, da UFFRJ. De acordo com ele, não teria interesse para a APA o simples dado sobre caranguejo, e citou sobre a uma experiência no manguezal do CEPENE na Bahia, fruto de uma tese, e que está ajudando a definir o defeso do caranguejo. Mario finalizou questionado aos demais se havia proibição quanto à redinha. Manoel dos Santos questionou se a proposta da comissão era solicitar mais quinze dias de defeso em dezembro. Disse que ele não teria capacidade de discutir isso, mas que considerava que poderia ser bem pior do que como é hoje, e precisaria

conversar com os caranguejeiros nas comunidades. Ele colocou que as coisas são muito discutidas dentro do círculo fechado, por exemplo, a lei que proíbe a redinha, indagou se e a redinha seria mais prejudicial mesmo. Disse ainda não aprovar defeso nem em novembro nem mais quinze dias em dezembro, e que a razão para isso discutiria depois. Maicol colocou a questão de os caranguejeiros de Magé receberem dois meses de defeso e os de Itaboraí receberem cinco meses, sendo dois via governo federal e três via governo municipal. Reclamou que o pessoal de Magé, que não recebe defeso, não pode pegar. Além disso, considerou que é necessário se ter fiscalização quanto à quantidade de redinha, mas também verificar se estão pegando somente machos mesmo. Malafaia disse que tentou falar com a autoridade municipal sobre o assunto, mas não foi recebido. Milton Mascarenhas disse que é sabido que o que regula a captura é o feriado de Finados. Breno interrompeu a discussão pois a discussão que estava se dando naquele momento deveria ter sido feita na comissão, que infelizmente não conseguiu atingir seus objetivos, não tendo conseguido convocar todos os representantes e não tendo conseguido chegar a um consenso. Propôs que fosse feita uma prorrogação dos trabalhos, até o final do ano. Lembrou ainda que os conselheiros são os representantes das bases, e cada um tem o dever de representá-las, trazendo contribuições das suas bases e retornando os resultados. Juliana propôs que o para finalizar os trabalhos da comissão fosse no final de fevereiro pois a agenda até o final do ano já estava cheia. Breno sugeriu então que o processo de consulta às bases fosse finalizado até quinze de fevereiro. Malafaia esclareceu a Mario que estava sendo conduzida pesquisa sobre caranguejos nos rios da APA Guapimirim. Adherbal esclareceu que houve reunião em Magé, disse que ele não é catador de caranguejo, mas conversou com quem sabia e trouxe a opinião deles. Pando colocou que houve definição do limite de carga no ano de dois mil e oito, de mais ou menos dezoito por cento, e que esse tipo de dado não foi levantado nem estabelecido nos anos de dois mil e nove e dois mil e dez por mudanças políticas. Flavio sugeriu que logo após a reunião do Conselho se reunissem os integrantes da comissão para definir datas e encaminhamentos. Breno falou que três pesquisas com carcinofauna estavam sendo ou foram recentemente conduzidas na APA: a primeira, de autoria do Pando, encerrou-se no ano de dois mil e oito, com grande contribuição acerca dos estoques; a segunda pesquisa está sendo conduzida como condicionante do processo de licenciamento do Comperj, tratando mais sobre ecologia animal; e a terceira pesquisa está sendo conduzida pelo Tarso, da UFF, sobre dinâmica populacional. Por isso, deu-se preferência para que houvesse uma discussão dos pescadores e caranguejeiros, para cruzar as conclusões com os dados científicos. Disse

ainda que o Ministério da pesca é o órgão federal com atribuição de discutir a pesca, e que essa não é uma atribuição do ICMBio, que pode apenas opinar e fazer sugestões. Breno ainda colocou que a fiscalização do ICMBio não tem como fiscalizar redinha pois há outras ações a fazer, principalmente relativo a empreendimentos e que causam impacto muito maior às unidades. Esclareceu ainda que os centros de pesca voltaram a ser vinculados ao IBAMA. Breno então mudou o assunto e comentou sobre a ação voluntária, ocorrida no dia quatro de dezembro, em parceria com a SOS Mata Atlântica e com apoio do seu Jair, vizinho da sede da APA. Na ocasião foram plantadas cerca de 300 mudas à margem do rio Guapimirim, com participação de mais de trinta voluntários. Inês, da UFRJ, pediu a palavra para apresentar o fórum de pesquisa sobre impactos causados pelo Arco Metropolitano, e que o grupo já esteve na área. Houve uma oficina em agosto – ela entregou documentos referentes a esta e outras oficinas sobre o assunto – e desta oficina saiu uma proposta de ser fazer pequenas reuniões locais. A proposta do fórum é fazer uma dessas pequenas reuniões nesta região e disse que seria ótimo se tivesse participação dos conselheiros da APA, e que estavam definindo data entre fevereiro e março. A proposta é de que seja um encontro de um dia, envolvendo discussão, trabalhos em grupo e encerramento. Alexandre Anderson, da Ahomar, deu o informe de que em setembro havia sido oficializada a formação do Sindipisca-RJ – Sindicato dos Pescadores da Baía de Guanabara e região metropolitana, sendo o primeiro sindicato de pescadores artesanais, sendo os diretores representantes de várias regiões do estado, e passou a documentação relativa ao sindicato para o presidente do Conapaguapi. Breno parabenizou a mobilização e desejou sucesso à nova entidade. Breno chamou atenção para a pouca representatividade dos municípios, fato que não é exceção. Citou que havia apenas representante do município de Magé, mas que teriam que encaminhar a pauta relativa a licenciamento. Esclareceu que ICMBio não emite licenças, apenas opina no processo de licenciamento quando pertinente. Apresentou listagem de empreendimentos na área da APA ou entorno da APA Guapimirim, e disse que entregaria cópia daquela listagem para os secretários de municipais de meio ambiente. Continuou dizendo que o INEA pode fazer acordo com prefeituras, dando atribuição de licenciamento aos municípios, mas para isso, o município deve ter conselho municipal de meio ambiente, código ambiental e outros quesitos. Mas alguns municípios da região da APA emitiram licença sem ter poder para isso, como no caso do pólo industrial de São Gonçalo, próximo a Guaxindiba, que vem sendo licenciado pela prefeitura de forma fracionada. Um pólo não pode ser licenciado pelo município, mas São Gonçalo vem expedindo licença, e sem consultar a APA Guapimirim para emitir

autorização para a licença. O ICMBio tomou iniciativa de informar o INEA sobre essa conduta equivocada. Miguel contou que foi secretário de meio ambiente de Caxias por oito meses, quando implantou o licenciamento municipal por lá. Ela considerou que o problema do processo de passar pequenos licenciamentos para o município é que o INEA não avalia a fundo a capacidade da prefeitura para isso. Os empreendimentos que acabam sendo licenciados pelos municípios, em muitos casos, são da família e de amigos do prefeito, além disso, os municípios não têm equipe técnica para avaliar o empreendimento. Nos municípios do entorno da APA Guapimirim, esses processos deveriam ser feitos de forma mais conjunta pois nenhum dos municípios daqui tem equipe técnica. Considerou que cabe a esse conselho, aproveitando-se a academia, analisar melhor cada um desses empreendimentos, verificando quem assina como responsável técnico, se tem cadastro profissional. Mario perguntou o que a administração da APA Guapimirim tem feito para, ou o que poderia ser feito, quanto a esses licenciamentos municipais. Ele lembrou o processo do Comperj, onde é muito mais fácil licenciar o empreendimento principal, mas o que vem junto é mais difícil, e que o INEA sozinho não dá conta de analisar. Comparou o processo do Comperj ao da Reduc, que também afetou grande área de manguezal, e que o transformou num manguezal com pouca vida. Flavio expressou sua preocupação com as casas de Itambi pois se falou que carretas transportariam até vinte e quatro toneladas de carga. Indagou se houve estudo, previsão se o solo e as casas, muitas delas antigas, agüentariam o impacto. Nelson, representante da secretaria municipal de meio ambiente e turismo de Magé, disse que a secretaria tem feito várias ações, não apenas no entorno da APA Guapimirim; que há cinco meses a secretaria está funcionando de fato, e estão lidando com muitas coisas que estavam paradas. Deu o exemplo de que descobriram que há empresas em funcionamento e que não têm licenciamento; comentou que têm sido feitas ações em conjunto com o ICMBio, INEA e outras prefeituras. Breno comentou sobre as atribuições quanto ao licenciamento, dizendo que atualmente se utiliza a resolução 13/1990 do Conama, que estabelece um entorno de dez quilômetros ao redor dos limites da UC. Nessa área do entorno, no caso das UCs federais, não é o próprio órgão que licencia, mas a administração da UC deve se pronunciar. Ele fez um paralelo com imóveis tombados pelo Iphan, colocando o caso hipotético de uma obra que vai afetar uma igreja tombada pelo Iphan. Nesse caso, fica claro que o Iphan deve ser consultado pelo órgão licenciador. Breno disse ainda que está em discussão no Conama uma nova resolução que altera esse limite do entorno para dois ou três quilômetros, mas que tal resolução ainda não foi publicada. José Rosário, da COMAMEA, questionou se os dutos e outras obras que não

estão visíveis, se tudo foi licenciado. Jair, representante do Sindipisca-RJ, expressou preocupação em relação às construtoras que fazem estradas e depois deixam resíduos lá. Alexandre, da Ahomar, chamou atenção para a questão das audiências públicas; comentou que souberam que haveria uma audiência da Petrobrás hoje, às dezenove horas, em Salgueiro, município de São Gonçalo, sobre a instalação de um píer para passagem de peças. De acordo com ele, a Ahomar solicitou então que houvesse uma audiência em Magé, argumentando que o local e o horário não eram adequados, e que não estava sendo oferecido transporte, que é uma obrigação do empreendedor. Eles souberam então que ficou mantida essa audiência no Salgueiro, sendo disponibilizado apenas um ônibus e saindo de um único ponto. Alexandre comentou que essa área do Salgueiro está em conflito armado, que essa reunião coloca em risco a ida e a permanência das pessoas, e que ele entende essa atitude como uma tentativa de inviabilizar a discussão. Ele pediu então ao conselho que reforce junto ao INEA o pedido de realização de audiências públicas referentes a esse empreendimento em outros municípios. Segundo Alexandre, no RIMA do empreendimento é citada a influência da obra na APA e na ESEC. Concluiu expressando a sua indignação quanto à diminuição da faixa de entorno pelo Conama, e que atualmente a APA Guapimirim é um dos maiores parceiros dos pescadores. Nelson fez esclarecimentos em relação à secretaria municipal de Magé, informando que estão com uma nova equipe, e que na APA Suruí estão trabalhando a questão do licenciamento. Breno fez alguns comentários em relação às falas anteriores: um município que não conta com equipe técnica nem poderia solicitar ao INEA a atribuição de licenciar empreendimentos locais. Nesses casos, o órgão estadual deve fazer esses licenciamentos. Em relação às medidas que a APA adotou frente aos problemas relatados de licenciamento, Breno comentou que, no caso do Comperj, foi feita a nota técnica e depois houve discussão junto ao Ministério Público Federal; em relação à prefeitura de São Gonçalo, a prefeitura foi notificada e autuada, o que é o limite administrativo da APA, depois só recorrendo ao poder judiciário; no campo político, os gestores da APA têm se feito presentes em audiências públicas. Aproveitou para falar da audiência pública que ocorreu na Alerj ontem, onde se discutiu muito a “bola da vez”: o píer em xxxx. Na reunião esteve presente até mesmo o diretor de estrutura da Petrobras, que está logo abaixo do presidente da empresa. Houve cobrança quanto ao atraso das condicionantes. Breno comentou a fala de Alexandre, dizendo que eles fizeram o que deveria ter sido feito, solicitando outra audiência. Teriam então que esperar a resposta da empresa e depois, se necessário, recorrer ao Ministério Público. Breno exaltou a parcial vitória, lembrando que os conselheiros discutiram com a

administração da APA e da ESEC a proposta da hidrovia que cruzaria a EE Guanabara para carregamento das peças mais pesadas, que será necessário alargar, desassorear, retificar rios, e que por resistência, foi colocada a alternativa de se fazer um porto, um píer, uma estrada, de modo que não se alterasse nada nem na APA. Ele sinalizou que há impactos, sim, que a dragagem vai suspender sedimentos, e a ressuspensão de metais pesados podem interferir na cadeia trófica, e existe ainda a proposta, se possível, desses sedimentos cobrirem o aterro de Itaoca, para encerrá-lo. Airson, do quadro técnico da APA Guapimirim, respondeu a Flávio sobre a estrada, dizendo que não foi feita análise geotécnica pela equipe da APA, mas que na análise do INEA, que é o órgão licenciador, isto estava previsto. Flávio comentou que há mais de vinte pontes previstas, informação essa que Airson confirmou. Flávio mostrou apreensão quanto à possibilidade de poluição dos cursos d'água. Breno disse que os equipamentos a serem carregados são extremamente caros e estão vindo do exterior, e que portanto a Petrobras deve tomar o máximo de cuidado porque não vão querer acidentes, que estragariam esses equipamentos. Foi perguntado o que fariam com a estrutura do píer depois. Breno respondeu que o estado sinalizou possibilidade de se abrir um terminal aquaviário de passageiros. Miguel sugeriu, considerando que o ICMBio não pode interferir no trabalho das prefeituras, que o ICMBio convocasse as prefeituras para saber o que está sendo feito. Breno respondeu que foi feita a convocatória, que a reunião de hoje seria o primeiro passo, mas que a ausência de quase todas as prefeituras é um sinal do interesse. Em seguida, passando-se para a pauta seguinte, Breno falou sobre a renovação do conselho, seguindo regimento interno desse conselho e a instrução normativa 11/2010 do ICMBio, e que havia sido enviada para todos os conselheiros. Breno projetou então a planilha que havia sido elaborada, contendo as entidades e as pessoas representantes com assento no conselho, assinaladas as presenças nas últimas cinco reuniões e se estava cumprindo o primeiro ou segundo mandato. De acordo com o regimento interno, o conselheiro pode representar tal entidade por no máximo duas gestões. Após análise do quadro geral por todos, decidiu-se, por consenso geral, as seguintes alterações: a Associação de Pescadores de Magé e Guapimirim (ATPMG), que tinha vaga de titular, deixa o conselho, e a Associação Homens do Mar, que era suplente, passa a ser a titular da vaga, e o Sindicato dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais, Aprendizes de Pesca, Pescadores Amadores, Maricultores, Aquicultores, Piscicultores, Beneficiadores de Pescados e Descascadores de Camarão, Carcinicultores e Catadores de Caranguejos que Trabalham das Águas Doces e Salgadas e nas Empresas de Beneficiamento em todo o Estado do Rio de Janeiro (SINDIPESCA-RJ)



passa ocupar a vaga de suplente. A ONG Baía Viva, que tinha vaga de titular, deixa o conselho, e a ONG Água Doce, que era suplente, passa a ser a titular da vaga, e o Instituto Tecnoarte passa ocupar a vaga de suplente. A Associação de Moradores de Nova Orleans, que tinha vaga de titular, deixa o conselho, e a ONG Associação de Moradores e Amigos do Porto do Rosa (AMAPROSA), que era suplente, passa a ser a titular da vaga, e a Cooperativa Manguezal Fluminense passa ocupar a vaga de suplente. A ONG Terra Azul, que tinha vaga de suplente da vaga cujo titular é a ONG Innatus, deixa o conselho, e o Instituto de desenvolvimento Municipal (IDM) passa ocupar a vaga de suplente. A ONG Associação de Meio Ambiente e Amigos de Magé (AMMA), que tinha vaga de suplente da vaga cujo titular é a ONG Instituto BioAtlântica (IBIO), deixa o conselho, e o Instituto Marés passa ocupar a vaga de suplente. A Associação de Moradores do Roncador, que tinha vaga de suplente da vaga cujo titular é Associação de Pescadores de Itambi, deixa o conselho, e a Associação de Caranguejeiros, Pescadores e Amigos de Itambi passa ocupar a vaga de suplente. A representante do PROARQ, ligado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ mostrou interesse em ocupar ao menos a vaga de suplente do IFCS/UFRJ. Como não havia representantes do IFCS na reunião, será feita uma reconvocação a esta entidade. Flavio sugeriu a indicação da Secretaria de Agricultura e Pesca da Itaboraí, e mediante a concordância do conselho, ele se comprometeu a fazer contato com o secretário municipal. Os representantes da Universidade Gama Filho solicitaram a troca dos representantes da instituição, passando a ser Rafael Tubino o titular, e Christiane Leal a suplente. O conselheiro Mario Soares, representante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que já participou do conselho por duas gestões, será substituído por Alexandre de Freitas Azevedo, como titular, e José Lailson Brito Junior como suplente. Breno elogiou a forma tranqüila para escolha das novas entidades que compõem o conselho e agradeceu fortemente a participação dos conselheiros que estão saindo do conselho, que muito contribuiram para a gestão da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara. Referente à composição do conselho foram entregues os seguintes documentos e que seguem anexos a esta ata: ofício 103/2010 da Federação Municipal das Associações de Moradores e Entidades Afins de Magé, indicando como seu representante José Rosário Neves dos Santos; documentação do Instituto de Desenvolvimento Municipal, indicando como seu representante Pando Angeloff Pandeff, comprovantes de entidade ambientalista junto ao Cadastro Nacional de Entidades Ambientais e como OSCIP, o estatuto e ata de reunião; documentação do Sindipisca-RJ – estatuto, ata de de constituição, eleição e posse, e comprovante de inscrição e de situação cadastral. Nada mais havendo a ser tratado,

Breno agradeceu a presença e participação de todos, e a reunião foi encerrada às treze horas, tendo sido lavrada esta ata que segue por mim assinada.

JULIANA CRISTINA FUKUDA  
Secretaria Executiva do CONAPAGUAPI